

Perdão e saúde mental

Forgiveness and mental health

*Luis Claudio Figueiredo**

Resumo

Perdão, suas raízes na compaixão e empatia, o trabalho que dá e as dificuldades que apresenta, será contemplado como um elemento essencial no que, em psicanálise, podemos entender como saúde mental. Os limites do perdão serão também trabalhados: o limite interno na forma de um superego impiedoso e o limite externo na forma de atos “imperdoáveis”, com os quais é impossível empatizar.

Palavras-chave: Perdão. Saúde mental. Empatia. Imperdoável.

Abstract

Forgiveness, its roots in compassion and empathy, the work it gives and the difficulties it presents, will be contemplated as an essential element for what we can, in psychoanalysis, understand as mental health. The limits of forgiveness will also be worked out: the inner limit, in the form of a merciless superego, and the outer limit, in the form of “unforgivable” acts, because they are outside the field of what can be the object of empathy.

Keywords: *Forgiveness. Mental health. Empathy. Excess of self. Unforgivable.*

* Psicanalista. Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ). Professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, SP, Brasil. lclaudio.tablet@gmail.com

Entendo a saúde mental como a instalação, libertação, valorização e expansão contínua das capacidades de trabalho e descanso. Hoje vamos nos concentrar na questão de perdoar e ser perdoado em sua relação com a saúde mental: perdoar, como veremos, dá muito trabalho, ser perdoado oferece uma oportunidade de descanso, mas também pode dar muito trabalho para criar a possibilidade de perdoar a si mesmo e se sentir perdoado. Em ambos os casos, está em jogo a questão da conciliação ou da reconciliação: trata-se de se reconciliar com os outros e de se reconciliar consigo mesmo depois de uma lesão e de uma culpa própria ou alheia, a fim de obter algo a que podemos chamar "paz de espírito".

No contexto de experiências de ressentimento, inveja, ciúme, ódio, desejo de vingança e culpa, inevitáveis ao longo de nossas existências, a capacidade de perdoar e ser perdoado ocupa um lugar estratégico na sustentação da saúde mental, estando relacionada tanto ao trabalho psíquico – consciente e inconsciente – quanto ao descanso.

Por outro lado, os obstáculos em perdoar, em pedir e obter perdão e em sentir-se perdoado estão frequentemente associados a deficiências mais ou menos graves da mente, quando esta é tomada por rancores e desejos de vingança, por medos e melancolia.

Até algumas décadas atrás, a literatura psicanalítica sobre o perdão era escassa; atualmente temos vários artigos como o de Salman Akhtar (2002, inaugurando uma série) e alguns livros como o de Sharzad Siassi (2013) e uma excelente coleção de Ronald Britton e Aleksandra Novakovic (2023) com inúmeros bons textos de autores atuais. Sugiro vivamente a leitura deste material.

Introdução

Para começar, vale a pena notar que não se trata de fazer um elogio ingênuo ao perdão ou minimizar as dificuldades de, em muitas circunstâncias, perdoar e perdoar a si mesmo. Trata-se de problematizar a noção de "saúde mental", dando-lhe um lugar central à capacidade de oferecer e receber perdão.

Indicaremos também a importância do perdão para a saúde mental, bem como a sua presença frequente, mas quase sempre de formas embrionárias, invisíveis e despercebidas, na vida cotidiana; apontaremos também, por outro lado, as dificuldades e até impossibilidade de perdoar e perdoar a si mesmo em muitas situações, situações essas marcadas pela experiência do *imperdoável*. São, *de facto*, muito mais marcantes do que as ocorrências do perdão no cotidiano e são o

que mais nos chama a atenção para o assunto. Finalmente, neste contexto teórico-clínico, procuraremos identificar os lugares do *imperdoável* e os seus destinos numa mente sã capaz de perdoar e perdoar a si mesma.

Uma visão panorâmica: o que está em jogo no perdão?

Tolstói cunhou a famosa frase “*Tout comprendre c’est tout pardonner*”, colocando-a na boca da princesa Mária em conversa com seu irmão, o príncipe Andrei, no romance *Guerra e Paz*. Certamente não foi uma criação da princesa, mas algo que ela e seu irmão provavelmente teriam ouvido em sua cuidada educação na língua francesa; talvez tenha sido uma ideia popularizada na cultura da França no século XIX e já conhecida pelas elites aristocráticas da Rússia.

No contexto do romance, o que fica claro é a ideia de *empatia*, ou seja, compreensão empática. Pouco antes de citar em francês, Mária tinha avisado: “*Temos de nos colocar no lugar do outro*” para sermos indulgentes com os seus pequenos defeitos, e pergunta: “*quem não os tem?*”. Mais tarde veremos que na raiz da capacidade de perdoar está realmente a capacidade de simpatizar com aqueles que sofrem – o que nos inclui – e de renunciar ao poder de magoar e prejudicar os outros. Em outras palavras, é sempre sobre empatia, compreensão empática e recusa de retaliação.

Compreender, assim formulado, é o oposto de julgar. Sob o ápice moral, a justiça julga, condena, absolve ou, eventualmente, desculpa, quando há atenuantes para o ato criminoso, por exemplo, uma “legítima defesa”.

Perdoar trabalha fora do ápice moral e não deve ser confundido com desculpar ou absolver. Na verdade, o perdão genuíno não minimiza, muito menos nega, a culpa ou as dívidas. Não há “perdão” da pena resultante da culpa, nem as dívidas são liquidadas por magia. Pelo contrário, a culpa e as dívidas têm de ser plenamente reconhecidas e, se possível, assumidas pelo “culpado” ou “devedor”, a fim de serem perdoadas e deixarem o “culpado” com a sensação de ter sido efetivamente perdoado. Mas, mesmo que isso não ocorra e não haja reconhecimento de culpa por parte do “culpado”, remorso e arrependimento, o perdão ainda pode ser dado, embora certamente o reconhecimento da lesão e da ferida, mesmo que não venha do “culpado”, possa ser um precursor importante e talvez decisivo do ato de perdoar. Se reconhecermos o dano sofrido ou perpetrado, o perdão, se ocorrer, será certamente mais verdadeiro e, relativamente, mais fácil, embora haja sempre muito trabalho psíquico a ser feito para

um perdão genuíno, mesmo que o trabalho seja inconsciente e pouco percebido em toda a sua complexidade, mesmo por quem perdoa.

Como se diz em inglês, *dar é dar*, dar sem esperança de retorno ou retribuição, dar fora de um sistema de trocas justas. Segundo alguns, *o foro também* está perto de *ceder*, ceder ou desistir, *novamente* sem esperança de ganho ou compensação: trata-se de ceder ou desistir, por exemplo, do desejo de vingança ou compensação, abrindo mão de uma represália e do poder de fazer mal a outrem, ou ainda de punir e sacrificar-se, quando o perdão não é oferecido ao próprio sujeito. *De facto*, sabe-se que uma forma muito primitiva e imatura de procurar alguma reconciliação com os outros e consigo mesmo implica *sacrificar-se, expiar a culpa* através de castigos autoinfligidos. Isto tem sido chamado de “perdão arcaico”, na verdade, é uma tentativa de reconciliação que se baseia numa troca de sofrimento: “desde que me fiz sofrer, reconcilio-me fazendo-me sofrer”, oferecendo-me em sacrifício, expiando os meus pecados. O perdão genuíno é outra coisa.

Em português “dar” também diz “dar inteiramente”, o que está um pouco escondido na palavra “perdão” (seria melhor “dar”), mas é um “dar inteiramente” sem expiação e sem sacrifício.

Neste “dar inteiramente”, absoluto, sem esperança de retorno, e fora, como dito acima, de um sistema de trocas justas, evidentemente, o arrependimento dos culpados, como uma espécie de compensação, poderia facilitar o surgimento do perdão, “amolecendo o coração” daqueles que estão dispostos a perdoar. Mas este arrependimento dos culpados não é indispensável para que o perdão seja dado, embora possa ser necessário que o perdão seja recebido; Aqueles que não reconhecem o mal que fizeram não podem sentir-se perdoados, é claro.

No entanto, a relação entre perdão e arrependimento é mais profunda e envolve mais intrinsecamente perdoar e arrepender-se. O sujeito que perdoa também deve ser capaz de se arrepender de um erro cometido ou apenas fantasiado, e de perdoar a si mesmo, porque a identificação empática que está na raiz do perdão do outro reside precisamente nesta maneira de “entender tudo”. Este “tudo” inclui o “eu” nas suas imperfeições, malignidades e ambivalências (“atire a primeira pedra”, como sugere Mário Lago no seu famoso samba, para terminar dizendo que “o perdão é feito para nós pedirmos”).

Perdoar e julgar

É importante salientar que o perdão que ocorre fora do ápice moral, não anula a possibilidade e a necessidade de julgamentos e, eventualmente, de condenações, acusações e punições serem realizadas. A punição, no entanto, deve ser proporcional ao crime ou transgressão cometida, assim como a cobrança deve corresponder à dívida (mesmo quando somada a multas e juros).

O perdão, por outro lado, não tem proporcionalidade, é, por assim dizer, absoluto. É por isso que aqueles que pedem perdão não precisam apresentar ou reivindicar méritos para serem perdoados (a rigor, ninguém *merece* ser perdoado); nem o sujeito perdoador o faz por qualquer elevação ou cálculo moral: aquele que perdoa não é moralmente “superior” àquele que se vinga e o perdão autêntico não deve ser confundido com um triunfo narcísico sobre o perdoado e sobre a própria dor. Nessa medida, o perdão é livre; é livre, o perdão é graça, não mérito.

Ao perdoar e perdoar-se, o sujeito passa do plano da moralidade (e, portanto, do julgamento) para o da ética, o que implica uma relação abrangente com a alteridade dos outros e com a própria: por exemplo, reconhecem-se as próprias malignidades e ambivalências inconscientes. É assim que entra em jogo a questão da compaixão e da empatia: a malignidade e a ambivalência estão em todos nós; ninguém é puramente uma “vítima inocente”, todos somos capazes de produzir feridas uns nos outros – e o fazemos intencionalmente ou não – e, ao mesmo tempo, somos todos vulneráveis e sofridos.

As dificuldades do perdão

Sabemos que o perdão pode parecer, em muitas circunstâncias, impossível ou muito difícil, muito dispendioso. Mária falou de “pequenos defeitos” com os quais é mais fácil ter empatia, “quem não os tem?”. Mas será que os “grandes defeitos”, ou grandes faltas, injúrias e até crimes nos tornariam indispostos a ter empatia com esta forma de identificação, tornando o perdão realmente quase inconcebível e impraticável?

O perdão parece impossível, especialmente quando a ofensa produz uma ferida narcísica na vítima, um sentimento de humilhação e vergonha, e não apenas frustração e dano. Ferir de forma humilhante e deixar a outra pessoa “envergonhada” parece realmente ultrapassar os limites do que é perdoável em

nível individual. Também no plano coletivo, os insultos que humilham um povo inteiro, como no "racismo" de todos os tipos e contra todas as etnias, para não falar do genocídio, parecem cair no domínio dos atos imperdoáveis.

Perdão invisível

No entanto – e esta será uma das teses importantes ao longo da minha intervenção – o perdão não só faz parte da saúde mental e precisa ser, mesmo que parcialmente, alcançado nos processos de análise; mas, e isto é o mais importante, é indispensável na vida em sociedade: uma condição básica para a possibilidade de coesão do grupo.

A vida das coletividades – casais, famílias, grupos de amigos e colegas, associações, bem como da sociedade em geral – não só exige, como pensava Freud em 1930 no *Mal-estar da civilização* (FREUD, 1930/2010), o controle das pulsões agressivas e destrutivas – as quais serão, sabemos, sempre imperfeitas e limitadas – como também exige a capacidade de perdoar e ser perdoado. Sem a capacidade de perdoar, o controle da destrutividade simplesmente produz em cada um dos sujeitos um superego extremamente cruel, tirânico e destrutivo. Este implacável superego não só condena impietosamente o seu próprio sujeito, como tende a ser projetado e aplicado aos outros, perseguindo-os e condenando-os impietosamente. Assim, alimentam-se estados melancólicos – quando o imperdoável é o próprio sujeito – e fantasias paranoicas, quando o superego projetado deixa todos os outros na condição de imperdoável e perigoso.

Seja numa permanente tendência para a autopunição, seja num lamento impenitente, seja numa queixa impenitente e ressentida, a de um rancor insuperável, o superego assassino não deixa o sujeito em paz, nem deixa em paz as suas relações com o mundo. Há falta de descanso, "paz de espírito" sem a qual a saúde mental fica comprometida.

A perseguição tornar-se-ia generalizada neste mundo dos implacáveis, impietosos e imperdoáveis. Sem negar que tais fenômenos fazem parte da vida de todas as coletividades, a vida em sociedade implodiria se dependêssemos apenas de controles superegoicos moralizantes e sistemas sociais de punição. Nele há muito a ser perdoado para dar outro destino aos impulsos agressivos e destrutivos e à culpa de todos nós, humanos. "Todos nós precisamos de perdão porque todos nós magoamos e somos feridos, de vez em quando, em nossos relacionamentos no mundo comum" (BRITTON, 2023). Desta

maligância e ambivalência ninguém escapa. Seria o caso de recordar, parodiando o ditado cristão “Perdoai-lhes, eles não sabem o que fazem” dizendo: perdoemo-nos uns aos outros, não sabemos o que fazemos, quanto mal fazemos uns aos outros e a nós mesmos.

Finalmente, na vida coletiva, precisamos da capacidade de perdoar e perdoar a si mesmo, ou seja, um superego menos persecutório – um superego saudável, “normal”, capaz de “guiar” e proteger, e não apenas julgar e condenar – e uma forma menos repressiva de lidar com impulsos agressivos, destrutivos e culpados, embora, como dito acima, ao perdoar o controle repressivo dos atos agressivos e destrutivos, a sua condenação e eventual punição devam continuar a ser exercidos.

Punir é perdoar

Punir os culpados, e ainda assim perdoá-los, pode superficialmente parecer-nos atitudes incompatíveis e contraditórias, o que tornaria a ideia de perdão ainda mais inconcebível. No entanto, a relação entre vingança, castigo e perdão é muito mais complexa e o *mot d'esprit de Heine*, citado por Freud numa nota de rodapé em *Descontentamento na civilização*, não se refere a essa complexidade. Freud cita Heine confessando o que mais deseja da vida – um lugar pacífico, bonito e densamente arborizado – mas acrescentando: “Se Deus quiser me fazer inteiramente feliz, Ele me concederá a alegria de ver seis ou sete dos meus inimigos enforcados nessas árvores. Com o coração tocado, perdoar-vos-ei na vossa morte todo o mal que me fizestes em vida – pois devemos perdoar aos nossos inimigos, mas nunca antes de serem executados” (FREUD, 1930/2010, p. 75).

O contexto desta nota de rodapé é o de Freud, que não pode levar a sério os mandamentos cristãos “ama o teu próximo” ou “ama os teus inimigos”. Freud pensou que era uma mera piada de Heine falar sobre perdoar, mas só depois de enforcar. Segundo Freud, Heine, como escritor estabelecido, poderia se dar ao luxo dessa piada. A propósito, a birra de Freud com o cristianismo não encontra o consentimento de Hannah Arendt que, em seu elogio ao perdão em *A condição humana* (1958/2010), afirma que Jesus teve o mérito de introduzir o perdão no horizonte cultural do Ocidente. Hannah Arendt diz: “O descobridor do perdão no domínio dos assuntos humanos foi Jesus de Nazaré”. Isso não significa, é claro, que os cristãos ao longo dos séculos tenham se notabilizado por essa prática. De qualquer forma, nem na cultura grega nem

na judaica, aponta a autora judia, o perdão ocupou uma posição tão elevada e central no campo da ética.

Provavelmente, Heinrich Heine era da mesma opinião que Freud. Mas aqui, com base em considerações psicanalíticas, e não religiosas e políticas como as de Hannah Arendt, estamos a levar muito a sério esta “pequena piada” do poeta ao insistir na diferença entre o vértice moral – que leva ao julgamento, à eventual condenação e à força – e este outro ponto de vista que é o da empatia, da compreensão e do perdão. Vértices muito diferentes, mas não mutuamente exclusivos e, de certa forma, suplementares, uma vez que a realização da Justiça e mesmo a satisfação do desejo de vingança podem facilitar o perdão.

Como veremos mais adiante, além dessa distinção entre os dois vértices que torna possível julgar e condenar e ao mesmo tempo fazer a *obra do perdão*, também no ápice ético, o perdão – perdoar e perdoar a si mesmo – precisará conhecer seu alcance, ou seja, precisamos saber até onde vai o perdão e onde está localizado o imperdoável. Esta discriminação também faz parte daquilo a que poderíamos chamar saúde mental e a capacidade de perdoar não poderia funcionar bem sem esta discriminação fundamental e sem abrir espaço para o imperdoável na sua área.

O perdão nos seus primórdios e na sua forma rotineira

Oferecer perdão a si mesmo e aos outros, no fundo, não é tão impossível quanto parece, quer haja ou não uma execução anterior ou posterior. Afinal, não só os pequenos, mas também os “grandes defeitos”, quem não os tem, quem não os comete contra os outros e quem não sofre deles, mesmo em consequência dos seus próprios “defeitos”? Tempo para recordar Mário Lago: “Atire a primeira pedra...”.

Ou seja, o campo de identificações possíveis é muito mais extenso do que parece à primeira vista e, portanto, para continuar no samba, “o perdão foi feito para pedirmos”, o que, aliás, não acontece apenas com palavras. As crianças, como não falam, “pedem perdão” de outras formas e até os oradores o fazem em determinadas situações. Esses “pedidos de perdão”, é claro, não são formulados ou organizados psiquicamente como tal, e, portanto, não são facilmente reconhecíveis. Da mesma forma, o perdão ordinário e generalizado ocorre, via de regra, sem palavras e, portanto, também passa despercebido e é totalmente inconsciente. Isso não significa que não haja muito trabalho lá também.

O imperdoável: uma primeira abordagem

No entanto, por mais extenso que seja o alcance da empatia possível e, portanto, do perdoável, ela tem limites: o que nos parece *monstruoso* e *desumano* será imperdoável, por mais benigno, “normal” e saudável que seja o nosso superego. “Crimes contra a humanidade”, por exemplo, encontram-se nesses territórios de atos imperdoáveis – o do “mal radical”, termo proposto por Kant e adotado por Arendt para falar dessa monstruosidade – até porque aqueles que cometem tais atos são, em geral, incapazes de ter empatia com suas vítimas.

Estes limites são, naturalmente, histórica e culturalmente determinados, mas o alcance do imperdoável parece ser sempre muito estreito: em cada condição histórica e cultural há poucos casos que nela se situam e que *de facto* ocorrem que nos parecem absolutamente monstruosos e desumanos e com os quais é impossível ter empatia: crimes contra a humanidade não o são. Aparentemente perpetrado por humanos, eles próprios incapazes de empatia. Impossível perdoar estes atos, embora, como veremos, não perdoar atos imperdoáveis não signifique colocar os seus autores completamente fora do campo do perdão, isto é, como não humanos, mesmo que mereçam a pena de morte ou a prisão perpétua.

O perdão na sua forma generalizada e nos seus primórdios

Claro que o perdão permanente e generalizado que acontece onde a empatia passa sem muitos obstáculos – no campo do “humano” com o qual me identifico, mesmo que involuntariamente – passa despercebido, cala-se, mas sem ele a vida social seria impossível, qualquer cooperação seria inviável, o conflito, o ódio e o ressentimento e os desejos de vingança e culpa ocupariam as nossas mentes. Sem perdão, a saúde mental dos indivíduos e das coletividades deteriora-se e várias formas de insanidade passam a dominar, insanidades atravessadas pela violência e pela destrutividade e encharcadas de culpa como na melancolia e na paranoia. No entanto, o trabalho do perdão requer um grande esforço psíquico para enfrentar mágoas, raivas, ressentimentos, ódio e desejos de vingança contra os outros e para enfrentar a culpa e a vergonha do próprio sujeito. No entanto, como veremos mais adiante, todo esse trabalho compensa.

Como sustentar relações familiares e conjugais, por exemplo, sem pais dispostos a perdoar seus filhos e filhos capazes de perdoar pais, maridos e esposas perdoando uns aos outros, amigos, colegas e vizinhos fazendo o perdão

circular entre si, governados e governantes, empregados e empregadores, descendentes de antigos senhores e descendentes de ex-escravos, descendentes de genocídios e descendentes de vítimas de genocídio, etc.?

Para começar, embora possa surpreender à primeira vista, a boa relação entre uma mãe e o seu bebê depende do perdão, em primeiro lugar, da capacidade dessa mulher de perdoar o recém-nascido e, pouco depois, de o bebê “perdoar” aquela senhora. Obviamente, isso ocorrerá de uma forma totalmente inconsciente, pois o bebê nem seria capaz de ter consciência do que é perdoar, ou como dar e pedir perdão através da fala, mas ele rapidamente aprende a sorrir, a expressar sua gratidão pelo leite e pelos outros cuidados e isso suaviza, alimenta e aquece o coração da mãe. Talvez devêssemos chamá-lo de protoperdão, mas ele já pertence ao domínio das formas primitivas de reconciliar e obter a paz na relação. Mais tarde, o campo dos sacrifícios e expiações mútuas é estabelecido como uma forma de obter alguma reconciliação após algum desentendimento e irritação (não só as mães se sacrificam, os filhos também o fazem...) mas voltemos ao mais fundamental, o bom encontro.

De fato, é possível supor (e é bem provável) que a descoberta de um objeto de boa compreensão e *perdão* faz parte dos preconceitos do bebê (BION): o objeto bom perdoador é talvez o alvo de uma expectativa inata e necessária em todos nós.

Além disso, pode fazer parte de nossas predisposições inatas a propensão a perdoar as inevitáveis faltas do objeto bom (a mãe suficientemente boa) na medida em que, em geral, o objeto bom foi encontrado, e esse bom encontro está na base de nossa capacidade de nos orientarmos no mundo, discriminando entre o bom e o mau, o seguro dos não confiáveis.

Essa troca de “perdão” entre mãe e bebê provavelmente está presente na tolerância da mãe ao amor irrefletido da criança (WINNICOTT) e, portanto, na possibilidade de o bebê passar da “relação objeto” – um objeto subjetivo – para o que Winnicott chamou de “uso do objeto” em sua objetividade relativa. E, por outro lado, podemos supor que sem a capacidade de perdoar a mãe por seus fracassos ocasionais, por mais inevitáveis que sejam, o bebê não seria capaz de introjetá-la como um bom objeto. A introjeção do objeto bom seria obstruída pela inveja, ressentimento e ambivalência; na verdade, o próprio “objeto bom” seria danificado e transformado em mau, criando um mundo sem rumos, ambíguo, confuso e sob o império do mal.

Além disso (e talvez seja o mais importante), o contato com esse objeto tolerante (compreensivo e perdoador) bom, *desde que perdoado*, instala um bom objeto interno com essas funções e capacidades na mente em crescimento

do bebê. A este objeto interior podemos atribuir a capacidade de perdoar, de perdoar a si mesmo, de se sentir perdoado e de se arrepender, de se reconciliar com os outros e de se reconciliar consigo mesmo. Ou seja, o bom objeto interno de compreender e perdoar expande e fortalece a propensão inata ao perdão, produzindo o que tem sido chamado de “atitude perdoadora” (SIASSI, 2013). Mas, como veremos, uma atitude de perdão não significa que tudo possa e deva ser perdoado.

Como resultado dessa dupla determinação – natureza e ambiente propício – pode haver um movimento de conciliação consigo mesmo no qual se alcançaria a condição de, nas palavras de Bion, *em um só*, eu sei por ser *em-um*. Entendemos essa coincidência consigo mesmo que depende de uma relação empática entre o superego e o ego, ou seja, da existência de um objeto perdoador interno (superegoico), o que não significa permissivo, desde que a discriminação entre o bem e o mal, entre o perdoável e o imperdoável tenha sido bem estabelecida.

A atitude perdoadora e a saúde mental

Não é exagero colocar essas capacidades no centro da saúde mental e estão associadas a outras, como a capacidade de deixar de lado objetos bons e ruins e de realizar processos de luto enquanto enfrenta perdas. O apego excessivo e a impossibilidade do luto criam um objeto interior superegoico implacável e fundado e alimentado por ressentimentos. Por outro lado, sem uma certa capacidade de perdoar e perdoar a si mesmo, o desapego e a tristeza seriam impossíveis. É inevitável, por exemplo, que tenhamos raiva e ressentimento quando formos abandonados, mesmo que o agente abandonante tenha falecido impiedosamente. Só completaremos os processos de luto nestes casos quando formos capazes de perdoar o falecido por ter morrido e nos abandonado e de nos perdoarmos por odiá-lo e querer... vê-lo morto.

Também não seria demais colocar, como um dos principais objetivos de um processo analítico em sua dimensão libertadora, a instalação na mente do paciente de um objeto assim capaz de sustentar a atitude perdoadora. Em outras palavras, o perdão de si mesmo e dos outros ocupa uma posição estratégica na saída da compulsão à repetição alimentada por destrutividade, culpa, ressentimento e desejo de vingança, medos, etc.

Esse objetivo, no entanto, nem sempre é alcançado e, quando o é, só ocorre após uma análise muito bem-sucedida. Reconciliar-se consigo mesmo e

com os objetos internos, alguns dos quais muito precários, é uma tarefa extremamente árdua, mas acreditamos que deve ser colocada no horizonte de todos os processos de análise, mesmo que esteja no limite do impossível.

Olhando para as raízes das capacidades de perdão, pode-se dizer que o perdão mútuo entre mãe e filho de que falamos acima será essencial não só para permitir a manutenção dessa relação, mas também o seu amadurecimento, e para a libertação de ambos, pois as mães precisam se libertar de seus filhos e estes de suas mães. Sem perdão mútuo, nada disso poderia acontecer. Assim como um bom apego – baseado em funções de *contenção* e continência bem exercidas – é básico para uma boa capacidade de orientação e discriminação, um bom apego também leva a boas separações, ou seja, lutos bem tratados, como um bom desmame e treinamento sanitário. O trabalho do perdão mútuo é decisivo para estes processos de amadurecimento emocional.

Quando algo falha

Por alguma razão ainda a ser identificada, mesmo quando esse bom padrão intersubjetivo ocorreu e prevaleceu, a capacidade de perdoar e perdoar a si mesmo pode ser “esquecida”, ficar adormecida e enterrada pelo ressentimento, ressentimento e desejos de vingança devidos a fracassos posteriores, o que exigirá um trabalho de análise para ser reabilitado.

Provavelmente, o que aconteceu nestes casos foi uma travessia fracassada e incompleta da situação edípica. Uma boa relação primária – uma relação de apego bem-sucedida – com o objeto sustentador e continente é fundamental, mas não suficiente. A entrada em relações triangulares e o seu cruzamento é também essencial para a saúde mental do sujeito e decisivo para a instalação e manutenção da sua capacidade de perdoar e perdoar a si mesmo. Este verbete e essa travessia podem ser vistos como a verdadeira *educação sentimental* do indivíduo, se Flaubert nos concede o uso do título de seu romance mais famoso para nomear o processo.

Entrar na triangulação provoca grandes decepções, ciúmes, inveja, raiva, ressentimento, medos, etc., além de trazer à cena amores e desejos intensos, muitos dos quais incestuosos e proibidos, ou seja, traz ao auge ambivalências diante de objetos muito caros e muito necessários, mesmo que imperfeitos.

Face à intensificação da ambivalência, a solução primitiva é a da conhecida posição esquizoide paranoica: por um lado, criam-se objetos parciais muito bons e idealizados e, por outro, outros objetos parciais detestáveis e ameaçadores.

A travessia da situação edípica é simultânea à passagem para a posição depressiva e sua travessia. Nela o sujeito descobre que os objetos são mais complexos, com aspetos bons e ruins, podendo assim transpor as relações com objetos parciais para entrar no campo das relações com objetos totais em seus valores diferentes e contraditórios. As ambivalências podem então ser reconhecidas e confrontadas sem o recurso maciço a divisões.

Sem o perdão mútuo, nenhum grupo familiar sobreviveria ao drama edípico. Uma boa trajetória e evolução deste drama exige que todos sejam capazes de perdoar, mesmo que subsistam, como sabemos, vestígios de muitos ressentimentos, ciúmes, invejas, rivalidades e violências traumáticas mesmo na dinâmica de famílias relativamente bem-sucedidas. Sem ela, todas se assemelhariam a comédias italianas como *Parenti Serpenti*, de Mario Monicelli, ou pior, à família de Édipo, seus pais e seus filhos em Tebas e Colona.

Além disso, quando a situação edípica pode ser bem percorrida graças, entre outras coisas, à capacidade de perdoar, o sujeito descobre um lugar no triângulo que é ao mesmo tempo de inclusão (mas de inclusão relativa) e de exclusão, também relativa. Ou seja, um lugar em que não é engolido pela inclusão absoluta, nem abandonado pela exclusão absoluta. Esta posição também contribui para a capacidade de perdoar e ser perdoado, uma vez que evita extremos mortais e fortalece as funções egoicas de observar, discriminar, estabelecer conexões, julgar e... perdoar.

Finalmente, ao admitir relações poderosas entre os outros membros do triângulo, dos quais o sujeito é relativamente excluído, cria-se um lugar no qual o sujeito pode ser um observador do que está acontecendo, ou ser observado de muitos ângulos diferentes. Como dito anteriormente, essa posição ajuda a fortalecer e libertar o eu para funções cognitivas importantes, como discriminar o bom do mau e o perdoável do imperdoável.

Em geral, a possibilidade de perdoar, perdoar e ser perdoado consolida-se como a única solução possível para as intensas ambivalências que se experimentam na travessia de Édipo e sua dissolução, uma dissolução que dá origem à introjeção das forças que se constituirão como um superego normal. Na sua ausência, pode prevalecer um campo superegoico primitivo e cruel, impiedoso, mas mesmo quando não chega a isso, a capacidade de perdoar fica comprometida e a análise terá como uma de suas tarefas restaurá-la. Quando as capacidades egoicas estão em boas condições de funcionamento, livres do jugo de um superego cruel, não só se pode discriminar o perdoável do imperdoável, mas no âmbito do que pode ser perdoado – isto é, quando é possível, mesmo que difícil, evocar algumas respostas de compreensão empática – as gradações

podem ser admitidas e reconhecidas: há coisas de “perdão automático” e outras que demoram muito tempo. Dão muito trabalho, trabalho lento, multifacetado, cheio de idas e vindas, avanços e recuos, etc. até que o perdão aconteça.

Sem esta capacidade de estabelecer limites e gradações – o que nos remete mais uma vez para a ideia de *trabalho* – a atitude perdoadora perderia o seu valor e eficácia.

Quando algo falha maciçamente e desde o início

Quando, por outro lado, essa experiência de perdão mútuo – uma identificação cruzada da mãe (no estado de preocupação materna primária) e do seu bebê altamente receptivo e responsivo (na condição de dependência absoluta) – falta logo no início da vida, a situação torna-se muito mais difícil e a força do implacável superego pode tornar-se quase invencível ao longo da vida.

Uma das consequências da ausência dessa experiência de identificação cruzada é a impossibilidade de empatia consigo mesmo, seja porque só aprendemos a ser empáticos conosco mesmos quando somos objeto de empatia por objetos primários, seja porque o superego primitivo que se constitui ali é, por assim dizer, intrinsecamente “antipático”. A entrada em relações triangulares e o cruzamento da triangulação tornam-se tremendamente difíceis e, conseqüentemente, o campo superegoico provavelmente será ocupado pelas formas patológicas do superego. Deste modo, criam-se os implacáveis e imperdoáveis: não haverá nem a capacidade de autoperdão nem a capacidade de perdoar os outros. Em tais situações, não se trata de reabilitação, mas de instalar e ampliar a capacidade de oferecer e receber perdão genuíno, inclusive a si mesmo. A situação pode tornar-se tão desesperadora que aumenta a possibilidade de mandar o chamado superego “para o feijão” e distribuir falsos perdões a todos e a si próprio. Claro que nada se ganha com isso, apenas alívio momentâneo da angústia e da culpa.

Perdão em condições normais e imperdoável

Em regra, em condições saudáveis, o perdão está em toda parte, mas é quase sempre invisível, até porque ocorre sem um pedido explícito de perdão e sem que seja dado de forma explícita. O perdão só nos chama a atenção justamente quando é extremamente necessário e o trabalho de análise é então solicitado,

mesmo que nunca seja completamente bem-sucedido, pois um resquício do implacável superego nunca será extirpado. Claro que serão os casos em que perdoar e perdoar a si mesmo não parece ser “automático”, silencioso, invisível e discreto que mais têm a nos ensinar sobre os processos de perdão, incluindo o resto do implacável e imperdoável que resistirá em nossas mentes em nível individual e coletivo.

Não podemos encerrar esta exposição sem falar deste limite. Em parte, é um limite interior: algo do superego primitivo, cruel e impiedoso permanecerá nas profundezas do inconsciente, sustentando uma atitude básica de não perdoar o que dói, priva, decepciona, ataca, etc., o que torna o próprio sujeito imperdoável em suas fantasias hostis e destrutivas, e tudo o que o rodeia imperdoável.

Mas há também o que já foi mencionado: o imperdoável porque ultrapassa os limites da compaixão e da empatia, o não humano, embora fazer algo imperdoável não exclua de seus perpetradores outros aspectos a serem considerados também e que o humanizam. A complexidade dos “objetos totais” obriga-nos a lidar com estas ambivalências.

O exercício da capacidade de perdoar exige que tais limites sejam reconhecidos, isto é, que a capacidade egoica de discriminar seja usada, sem produzir divisões, para separar o aceitável, mesmo que repreensível, do realmente inaceitável. Mas quando dizemos “sem divisões” é porque precisamos incluir até o inaceitável e imperdoável na nossa condição humana. Também de aspectos monstruosos e desumanos é feita a nossa humanidade. Afinal, são homens e mulheres, como nós, que cometem “crimes contra a humanidade” que, se são realmente incapazes de ter empatia com as suas vítimas, podem ser empáticos e amorosos para com os seus entes queridos... (veja o filme *Área de Interesse*).

Considerando que o grande ganho da capacidade de perdoar é a possibilidade de reconciliar-se com o mundo exterior e consigo mesmo, reabilitando e reparando os objetos internos, mesmo naquele limite em que se reconhece o mal radical imperdoável em si mesmo e nos outros, a capacidade de perdão pode dar bons frutos: esta é a nossa condição humana. Isto obriga-nos a renunciar de uma vez por todas à onipotência, à onisciência, à presunção e à arrogância. Todos podemos fazer algo imperdoável, mas mesmo por isso, precisamos pedir e oferecer perdão.

“Entender tudo é perdoar”, como dizia a princesa, mas temos que admitir: nem tudo será compreendido e mesmo o imperdoável deve encontrar um lugar modesto em nossas vidas. Um lugarzinho bem definido para que não se espalhe e se infiltre em tudo e destrua nossa disposição para o perdão nas ba-

ses. Mas é um lugar que marca os limites da nossa capacidade de compreensão e empatia.

Somos humanos, esse é o ponto, e nenhuma quantidade de ética, religiosa ou secular, vai nos impedir completamente de atos imperdoáveis, e nenhuma quantidade de análise vai nos curar disso. Portanto, um objetivo mais viável para a análise seria *expandir continuamente as capacidades dos indivíduos e coletividades de perdoar e perdoar a si mesmos*, sabendo que o reconhecimento e a aceitação do imperdoável faz parte do jogo.

Adenda

Eu já tinha completado este texto quando fui lembrado por Gustavo Dean-Gomes de uma passagem do *Diário Clínico* por Ferenczi:

O paciente é agora mais capaz de lidar com os eventos traumáticos de sua própria infância no espírito de compreensão e perdão, em vez de desespero, raiva e vingança. Uma verdadeira recuperação do choque traumático talvez só seja concebível quando os acontecimentos são não só compreendidos, mas também perdoados (FERENCZI, 1988, p. 171).

Ou seja, quando menos esperamos, encontramos num autor “clássico”, mesmo que subversivo, essa extraordinária intuição.

Considerando os traumas precoces no campo do imperdoável, ou quase imperdoável, é surpreendente que Sándor Ferenczi ainda seja otimista o suficiente para apostar na necessidade do perdão, talvez na sua possibilidade, para que uma experiência traumática possa ser superada e o sujeito traumatizado se recupere.

Mas, como dissemos acima, mesmo que isso não aconteça, ou não aconteça totalmente, colocar o perdão como objetivo do trabalho analítico com sujeitos precocemente traumatizados – seja por negligência ou por abuso físico e moral – nos dá um guia na clínica desses casos que geralmente são tremendamente difíceis.

Certamente, o que pode ser feito nesse sentido dependerá da própria relação terapêutica e da evolução do campo transferência-contratransferência. É lá que se repetirão as tensões, desentendimentos, decepções, medos e fúrias – vividos na realidade ou na fantasia – entre o paciente e seu analista.

Será neste campo, portanto, que a possibilidade do perdão terá de ser introduzida. É Ferenczi, mais uma vez, quem vem em nosso socorro:

PERDÃO MÚTUO!! – Sucesso final (FERENCZI, 1988, p. 202).

Seria uma conclusão feliz do processo analítico em casos tão difíceis. Escusado será dizer o quão longe estamos desse objetivo na maioria das vezes...

Tramitação

Recebido 03/08/2024

Aprovado 15/08/2024

Referências

- AKHTAR, S. Forgiveness: origins, dynamics, psychopathology and technical relevance. *Psychoanalytic Quarterly*, LXXI, p. 175-212, 2002.
- ARENDT, H. (1958). *A condição humana*. São Paulo: Forense Universitária, 2010.
- BRITTON, R.; NOVAKOVIC, A. *Psychoanalytic approaches to Forgiveness and mental health*. Londres: Routledge, 2023.
- FERENCZI, S. *The clinical diary of Sandor Ferenczi*. Harvard University Press, Universidade de Harvard, 1988.
- FREUD, S. (1930). *Mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas, 18).
- SIASSI, S. *Forgiveness in intimate relationships*. Londres: Karnac, 2013.